

# Um angu de caroço

L. G. NASCIMENTO SILVA

O resultado da votação dos constituintes na Comissão de Sistematização não poderia ter sido mais melancólico para o Presidente José Sarney: seu mandato foi reduzido de seis para quatro anos; e a implantação do parlamentarismo foi antecipada para 15 de março próximo.

Esse resultado eleitoral se deveu, de um lado, ao açodamento dos políticos pela realização das eleições presidenciais, sendo tantos os candidatos já visíveis, e de outro lado a uma estratégia canhestra adotada pelo Presidente querendo reconquistar o poder de mando à custa de barganhas eleitorais, descuidando do papel presidencial de dirigir, ele próprio, a administração do País.

Mas não foi só ele, Presidente, quem perdeu: perdeu também a Nação e todos nós. É que a adoção do parlamentarismo, especialmente se antecipada sua implantação, concorrerá para agravar a difícil situação em que se encontra o País. Precisamos urgentemente de mais administração e de menos política.

A antecipação da implantação do parlamentarismo importará numa maior ainda politização do País. Ora, o de que carecemos é, sem dúvida alguma, de maior preocupação com os problemas econômico-financeiros e sociais da Nação. Não será com o mero debate político que haveremos de resolvê-los.

O Presidente, por polidez, cometeu um erro inicial: assumiu o Governo aceitando o Ministério que seria indicado por Trancredo Neves. Mostrou, destarte, uma disposição para não comandar, ele mesmo, o Ministério e deixou, assim, os ministros livres para agir por conta própria. Ministros políticos em sua maioria, passaram eles a fazer política para seu lado, e os problemas administrativos foram, na maioria dos casos, relegados a plano secundário. Nem os despachos dos ministros com o Presidente sobre os assuntos administrativos foram mantidos com a regularidade desejada: cada um para seu lado. Com isso a eficiência administrativa não poderia deixar de ser afetada.

O desejo de agradar ao mundo político levou ainda o Presidente a capitular de suas normais prerrogativas de poder, como seja a de escolher livremente seus auxiliares diretos, aqueles que, a seu ver, melhor corresponderiam aos interesses da Administração. Isso conduziu-o a um verdadeiro aprisionamento aos chefes políticos, indo reduzir, cada vez mais, sua área de decisão, e, principalmente, seu poder de comando do Mi-

nistério.

A nomeação do vice-governador de Pernambuco como Superintendente da Sudene, acarretou, por aspectos meramente políticos, uma onda de revolta no PFL, levando ao afastamento do Governo do Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, e a um rompimento do partido com o Governo. A crise alastrou-se com o conflito aberto entre o PFL e o Ministro da Previdência e Assistência Social, o que induziu o Presidente a afastar este último do Governo, e a ameaçar uma reforma geral do Ministério. Ao invés disso fez apenas uma minirreforma, com olhos já voltados para a votação do prazo de duração de seu mandato e a manutenção do presidencialismo. Tudo em vão. Saiu ele mais fraco ainda dessa reforma, já que é impossível agradar a gregos e troianos.

Agora, a Comissão de Sistematização acelerou o passo ao reduzir o prazo do mandato presidencial, antecipando, ao mesmo tempo, a implantação do parlamentarismo. Teremos, pois, um ano de 1988 carregado de problemas políticos, porque não é fácil implantar uma profunda transformação de regime, cumulando-a ainda com uma eleição presidencial.

O Presidente, agora, aceita a redução de seu mandato, mas, lúcida e patrioticamente, lutará contra a implantação, na atual conjuntura, do parlamentarismo. Mas os dados parece estarem lançados, porque dificilmente o plenário da Assembléia Nacional Constituinte fará reverter a decisão da Comissão de Sistematização. Assim teremos, provavelmente, uma eleição presidencial já no próximo ano, quando estaremos às voltas com a implantação do regime parlamentarista. Vê-se bem que angu de caroço nos está esperando.

Não poderia, porém, ser de outro modo. É que o Governo Sarney parece ter esgotado todas as suas fórmulas políticas, e, fracassada sua pretendida ligação com os governadores dos maiores Estados, de um lado, e o seu relacionamento com a Assembléia Constituinte, de outro, só lhe restará coser um tênue tecido de entendimento com as minguadas forças que lhe dão apoio e levar o nau a um porto seguro.

Enquanto isso, assistiremos à implantação apressada do parlamentarismo com a suspicácia que essa aventura não pode deixar de levantar entre os que se preocupam principalmente com a Administração do País e seus rumos econômicos. O futuro melhor dirá.